



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **5 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 7 de janeiro de 2013

| | |
|---|----|
| O ESTADO DE SÃO PAULO 'Orçamento paralelo' do governo federal chega a R\$ 200 bilhões | 1 |
| VEICULAÇÃO NACIONAL | |
| O ESTADO DE SÃO PAULO Restos a pagar do Orçamento devem chegar a R\$ 200 bilhões este ano | 3 |
| VEICULAÇÃO NACIONAL | |
| VALOR ECONÔMICO Indústria fraca põe em dúvida PIB de 1%..... | 5 |
| VEICULAÇÃO NACIONAL | |
| O GLOBO Mantega poderá ser convocado | 7 |
| VEICULAÇÃO NACIONAL | |
| BRASIL ECONÔMICO-SP Congresso terá pauta polêmica no fim do recesso | 11 |
| VEICULAÇÃO NACIONAL | |

| | | | |
|--|---|------------------------|--|
|  | VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO | EDITORIA | |
| | TÍTULO 'Orçamento paralelo' do <u>Governo Federal</u> chega a R\$ 200 bilhões | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL | |

Despesas do governo roladas de um ano para o outro, chamadas de restos a pagar, devem chegar a R\$ 200 bilhões em 2013, segundo estimativa do portal Contas Abertas. Essas sobras cresceram tanto que são tratadas pelos especialistas como um orçamento paralelo do Governo Federal. Desde 2002, o valor desta conta foi multiplicado por dez. Para o economista Raul Velloso, especialista em contas públicas, o aumento é uma combinação de "dificuldades financeiras para acomodar gastos, inoperância dos Ministérios e bagunça orçamentária"

Restos a pagar do Orçamento devem chegar a R\$ 200 bilhões este ano

Para especialista, aumento do valor combina "dificuldade de acomodar gastos, inoperância dos Ministérios e bagunça orçamentária"

Fernando Dantas, de O Estado de S. Paulo

RIO - Os restos a pagar do Orçamento federal devem chegar à marca recorde de R\$ 200 bilhões em 2013, segundo estimativa do portal Contas Abertas, especializado em contas públicas. Os restos a pagar são despesas de orçamentos anteriores, que não foram pagas, e que são roladas para a frente. Em 2002 e 2003, os restos a pagar estavam em torno de R\$ 20 bilhões, o que significa que foram multiplicados por dez em uma década.

O aumento de 2012 para 2013 deve ser de R\$ 58,9 bilhões, quase quatro vezes maior do que a média anual de aumento de restos a pagar de 2009 a 2012, que foi de R\$ 15,3 bilhões. "Uma conta de R\$ 200 bilhões pode ser chamada de tudo, menos de restos a pagar", critica o economista José Roberto Afonso, especialista em assuntos fiscais.

Gil Castelo Branco, secretário-geral do Contas Abertas, diz que "os restos a pagar são um orçamento paralelo, tão ou mais relevante que o Orçamento oficial em algumas rubricas, como investimentos".

Ele nota que os restos a pagar de investimentos em 2013 (há diversos outros tipos de despesa também), estimados em R\$ 73,5 bilhões, serão bem maiores que todo o investimento federal em 2012, de R\$ 46,8 bilhões. Além disso,

em 2012 foram feitos mais investimentos de restos a pagar (R\$ 25,3 bilhões) do que os investimentos do próprio Orçamento do ano, de R\$ 22 bilhões.

Quando se toma o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o mesmo padrão se repete. Foram pagos R\$ 21,3 bilhões de investimentos de restos a pagar, e apenas R\$ 18,2 bilhões do Orçamento de 2012.

O aumento de restos a pagar de investimentos em 2013 foi de R\$ 16,2 bilhões, quase três vezes maior do que a média anual de aumento da mesma rubrica de 2009 a 2012, que foi de R\$ 5,7 bilhões.

Dentro da estimativa do Contas Abertas de restos a pagar de investimento para 2013, o item principal é transporte rodoviário, com R\$ 7,7 bilhões. O economista Raul Velloso, especialista em contas públicas, nota que os investimentos em transporte estão caindo desde 2010 como proporção do **PIB**. No valor acumulado até novembro, saiu-se 0,33% do **PIB** em 2010 para 0,29% em 2011 e 0,22% em 2012.

Para Velloso, o aumento dos restos a pagar nos últimos anos é uma combinação de "dificuldade financeira de acomodar gastos e cumprir a meta de superávit primário, inoperância dos Ministério e bagunça orçamentária".

Entraves. Os restos a pagar correspondem a despesas que foram "empenhadas", passo inicial da execução orçamentária, mas que deixam de ser pagas. Algumas vezes, explica Castelo Branco, isso ocorre por falta de uma licença ambiental, ou porque o Tribunal de Contas paralisa a obra por alguma irregularidade, entre outros motivos. Ele observa que os restos a pagar começaram a crescer "como bola de neve" no início da década passada e, naquela época, eram usados também como mecanismo de cumprimento do superávit primário, quando as metas fiscais brasileiras eram severamente vigiadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Assim, muitas vezes os empenhos eram feitos, permitindo ao político exibir ao seu eleitorado uma "conquista" de alguma obra de interesse local, mas os recursos não eram efetivamente liberados.

Esse estratagema ainda é usado hoje, na visão de Castelo Branco e Velloso. Mas os analistas fiscais também


acham que o gigantesco acúmulo de restos a pagar cria um orçamento paralelo, que dá margem de manobra para o governo gastar e investir, sem as amarras do Orçamento oficial e da sua tramitação complexa e sujeita à permanente guerrilha política do Congresso Nacional. "Com os restos a pagar, o governo não precisa que o Orçamento de 2013 seja aprovado tão cedo, ele pode ir tocando os seus gastos com essa autorização orçamentária que já possui."

Mas os especialistas notam que há uma enorme contrapartida negativa no crescimento dos restos a pagar.

Para Castelo Branco, o País está perdendo completamente o princípio da anualidade, já que o Orçamento é feito para um exercício (ano fiscal), e para que a sociedade possa acompanhar o que está sendo feito neste exercício - agora há orçamentos paralelos que derivam de

múltiplos exercícios. "Estamos acompanhando o Orçamento pelo retrovisor", critica o economista.

José Roberto Afonso lembra que o processo orçamentário está na raiz da democracia moderna, o que significa que o governo não pode criar impostos ou gastos sem a chancela dos representantes do povo, que estão no Legislativo. Mas, com o enorme orçamento paralelo dos restos a pagar, o governo na prática pode escolher que projetos tocar, desamarrando-se de uma forma que pode até favorecer a corrupção. "No fundo, o que temos é um cheque em branco", diz Afonso, que defende a revisão da legislação tributária e do mecanismo dos restos a pagar, criado há meio século apenas para facilitar a transição entre exercícios fiscais, mas que foi completamente distorcido.

| | | | |
|--|--|------------------------|--|
|  | VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO | EDITORIA | |
| | TÍTULO Restos a pagar do Orçamento devem chegar a R\$ 200 bilhões este ano | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL | |

Para especialista, aumento do valor combina "dificuldade de acomodar gastos, inoperância dos Ministérios e bagunça orçamentária"

Fernando Dantas, de O Estado de S. Paulo

RIO - Os restos a pagar do Orçamento federal devem chegar à marca recorde de R\$ 200 bilhões em 2013, segundo estimativa do portal Contas Abertas, especializado em contas públicas. Os restos a pagar são despesas de orçamentos anteriores, que não foram pagas, e que são roladas para a frente. Em 2002 e 2003, os restos a pagar estavam em torno de R\$ 20 bilhões, o que significa que foram multiplicados por dez em uma década.

O aumento de 2012 para 2013 deve ser de R\$ 58,9 bilhões, quase quatro vezes maior do que a média anual de aumento de restos a pagar de 2009 a 2012, que foi de R\$ 15,3 bilhões. "Uma conta de R\$ 200 bilhões pode ser chamada de tudo, menos de restos a pagar", critica o economista José Roberto Afonso, especialista em assuntos fiscais.

Gil Castelo Branco, secretário-geral do Contas Abertas, diz que "os restos a pagar são um orçamento paralelo, tão ou mais relevante que o Orçamento oficial em algumas rubricas, como investimentos".

Ele nota que os restos a pagar de investimentos em 2013 (há diversos outros tipos de despesa também), estimados em R\$ 73,5 bilhões, serão bem maiores que todo o investimento federal em 2012, de R\$ 46,8 bilhões. Além disso, em 2012 foram feitos mais investimentos de restos a pagar (R\$ 25,3 bilhões) do que os investimentos do próprio Orçamento do ano, de R\$ 22 bilhões.

Quando se toma o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o mesmo padrão se repete. Foram pagos R\$ 21,3 bilhões de investimentos de restos a pagar, e apenas R\$ 18,2 bilhões do Orçamento de 2012.

O aumento de restos a pagar de investimentos em 2013 foi de R\$ 16,2 bilhões, quase três vezes maior do que a média anual de aumento da mesma rubrica de 2009 a 2012, que foi de R\$ 5,7 bilhões.

Dentro da estimativa do Contas Abertas de restos a pagar de investimento para 2013, o item principal é transporte rodoviário, com R\$ 7,7 bilhões. O economista Raul Velloso, especialista em contas públicas, nota que os investimentos em transporte estão caindo desde 2010 como proporção do **PIB**. No valor acumulado até novembro, saiu-se 0,33% do **PIB** em 2010 para 0,29% em 2011 e 0,22% em 2012.

Para Velloso, o aumento dos restos a pagar nos últimos anos é uma combinação de "dificuldade financeira de acomodar gastos e cumprir a meta de superávit primário, inoperância dos Ministérios e bagunça orçamentária".

Entraves. Os restos a pagar correspondem a despesas que foram "empenhadas", passo inicial da execução orçamentária, mas que deixam de ser pagas. Algumas vezes, explica Castelo Branco, isso ocorre por falta de uma licença ambiental, ou porque o Tribunal de Contas paralisa a obra por alguma irregularidade, entre outros motivos. Ele observa que os restos a pagar começaram a crescer "como bola de neve" no início da década passada e, naquela época, eram usados também como mecanismo de cumprimento do superávit primário, quando as metas fiscais brasileiras eram severamente vigiadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Assim, muitas vezes os empenhos eram feitos, permitindo ao político exibir ao seu eleitorado uma "conquista" de alguma obra de interesse local, mas os recursos não eram efetivamente liberados.


Esse estratagema ainda é usado hoje, na visão de Castelo Branco e Velloso. Mas os analistas fiscais também acham que o gigantesco acúmulo de restos a pagar cria um orçamento paralelo, que dá margem de manobra para o governo gastar e investir, sem as amarras do Orçamento oficial e da sua tramitação complexa e sujeita à permanente guerrilha política do Congresso Nacional. "Com os restos a pagar, o governo não precisa que o Orçamento de 2013 seja aprovado tão cedo, ele pode ir tocando os seus gastos com essa autorização orçamentária que já possui."

Mas os especialistas notam que há uma enorme contrapartida negativa no crescimento dos restos a pagar.

Para Castelo Branco, o País está perdendo completamente o princípio da anualidade, já que o Orçamento é feito para um exercício (ano fiscal), e para que a sociedade possa acompanhar o que está sendo feito neste exercício - agora há orçamentos paralelos que derivam de múltiplos exercícios. "Estamos acompanhando o Orçamento pelo retrovisor", critica o economista.

José Roberto Afonso lembra que o processo orçamentário está na raiz da democracia moderna, o que significa que o governo não pode criar impostos ou gastos sem a chancela dos representantes do povo, que estão no

Legislativo. Mas, com o enorme orçamento paralelo dos restos a pagar, o governo na prática pode escolher que projetos tocar, desamarrando-se de uma forma que pode até favorecer a corrupção. "No fundo, o que temos é um cheque em branco", diz Afonso, que defende a revisão da legislação tributária e do mecanismo dos restos a pagar, criado há meio século apenas para facilitar a transição entre exercícios fiscais, mas que foi completamente distorcido.

| | | | |
|--|---|------------------------|--|
|  | VEÍCULO VALOR ECONÔMICO | EDITORIA | |
| | TÍTULO Indústria fraca põe em dúvida <u>PIB</u> de 1% | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL | |

Por Carlos Giffoni | De São Paulo

A queda da produção industrial em novembro e a forte revisão para baixo no dado de outubro renovaram o pessimismo com a economia no último trimestre, o que pode rebater nos dados da atividade e trazer para menos de 1% o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2012. O último Boletim Focus apontou projeção de alta de 0,98% para o indicador, mas já há quem cogite índice ainda pior depois de nova decepção com os resultados da indústria.

O dado ruim do setor não apareceu apenas no recuo da produção, mas também no índice de difusão e no preocupante recuo na produção de bens de capital, num momento em que a retomada dos investimentos é considerada ponto-chave para a economia.

Mais que a queda dessazonalizada de 0,6% em novembro, foi a revisão sobre outubro (de alta de 0,9% para alta de 0,1% ante setembro) que colocou um viés de baixa na projeção de crescimento do PIB calculada pelo Santander, que está em 1%. "Essa composição negativa dos resultados da indústria fere o PIB, tanto pela oferta, via produção industrial em queda, quanto pela demanda, via investimento, com a produção de bens de capital em queda", diz a economista Fernanda Consorte. Leandro Padulla, da MCM Consultores, ainda não alterou sua projeção de alta de 1% para o PIB em 2012, mas já considera forte a possibilidade de o resultado ficar em 0,9%.

Os dois economistas aguardam outros indicadores, como o da Anfavea, e as vendas no varejo de novembro, que podem consolidar esse quadro de crescimento ainda menor do PIB. "Temos um cenário industrial muito fraco. Esperávamos que viesse uma recuperação com os incentivos dados para a economia como um todo, mas, aparentemente, ela não chegou no 4º trimestre. Foram dados muitos estímulos, porém, nesse ciclo, a economia está respondendo com atraso", avalia Fernanda.

A média móvel trimestral da produção industrial em novembro ficou em 0,4%, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado do setor em dezembro precisaria vir muito mais forte que o cenário observado para

reverter essa queda e encerrar o ano sinalizando a tão esperada - e adiada - recuperação da atividade.

Para Flavio Combat, economista-chefe da Concórdia Corretora, não está posto um início de ano em ritmo de retomada para a indústria. "A herança é bem negativa para 2013, especialmente para bens de capital e bens duráveis. As ações do governo não estão surtindo impacto sobre o investimento."

Combat avalia que o resultado negativo da produção industrial em novembro reflete uma realidade que deve se manter forte nos próximos meses, marcada pelo comprometimento do orçamento familiar com o consumo antecipado de automóveis e linha branca no segundo semestre de 2012.


Combat explica que esses bens, que contaram com o benefício tributário da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), comprometem a renda familiar com prazos de financiamento alongados. Logo, a capacidade de consumo de quem os adquiriu também é reduzida por um período maior. "Em 2013, a questão do endividamento é algo que ainda vai pesar nos resultados da produção industrial. O empresário está atento a esse comprometimento do consumo futuro, que vem acompanhado de um aumento da inadimplência", diz Combat.

Para Alexandre Schwartzman, sócio-diretor da Schwartzman & Associados, os salários altos na indústria brasileira e a concorrência internacional, acirrada pela busca de mercados onde existe forte demanda, como no Brasil, ainda pressionam o setor industrial. "Esperamos uma performance mais robusta em 2013, ainda que não tão forte quando a anunciada pelo governo", diz ele, cuja projeção para aumento da produção industrial em 2013 está entre 2% e 2,5%.

Em entrevista à agência de notícias Dow Jones, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que os efeitos das medidas de estímulo adotadas pelo governo começam a ser sentidos neste ano, fazendo o PIB crescer entre 3% e 4% agora e acima de 4% em 2014. Porém, esse crescimento é "muito otimista" caso os investimentos não decolem e a produção industrial os acompanhe nos próximos meses,

segundo Mariana Hauer, do Banco ABC Brasil. "A retomada do investimento é imprescindível. Mas as condições econômicas

de risco e segurança precisam ser mais fortes para esse investimento decolar", diz. (Colaborou Diogo Martins, do Rio)

| | | | |
|--|---|------------------------|--|
|  | VEÍCULO O GLOBO | EDITORIA | |
| | TÍTULO Mantega poderá ser convocado | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL | |

Parlamentares da oposição vão chamar o ministro Mantega para esclarecer, no Congresso, manobras fiscais do governo para cumprir, em 2012, a meta de superávit. A maquiagem na contabilidade chegou a R\$ 200 bi

Manobra fiscal: oposição quer ouvir Mantega

PSDB e PPS criticam maquiagem de R\$ 200 bi do governo para alcançar meta fiscal e cobram explicações

Cristiane Bonfanti, Vivian Oswald e Bruno Villas Bôas

Risco. Álvaro Dias, do PSDB, teme "herança terrível"

Recurso extra. José Guimarães, do PT, vê normalidade

BRASÍLIA e RIO Parlamentares da oposição vão chamar o ministro da Fazenda, Guido Mantega, para prestar esclarecimentos em audiências públicas tanto na Câmara quanto no Senado sobre a série de manobras fiscais realizadas pelo governo no afã de cumprir a meta de superávit primário de 2012, a economia feita pelo setor público para o pagamento de juros da dívida. O GLOBO mostrou ontem que a maquiagem na contabilidade do governo chegou a R\$ 200 bilhões no ano passado, sobretudo devido ao reforço no caixa dos bancos públicos.

Nas contas do economista Mansueto Almeida, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), se a injeção de recursos nos bancos tivesse sido feita de forma convencional, as despesas do governo chegariam a R\$ 1 trilhão, e não apenas aos R\$ 800 bilhões estimados para 2012. Somente no **BNDES**, os aportes representaram um subsídio implícito (a diferença dos juros de captação do banco e das taxas a que empresta) de R\$ 15 bilhões, valor equivalente ao orçamento de um ano do Bolsa Família.

Para o líder do PSDB, senador Álvaro Dias, a estratégia da equipe econômica de "escamotear a realidade fiscal" terá como consequência uma "herança terrível" para o país, com aumento da dívida pública e impacto na inflação.

Segundo ele, a maquiagem fiscal será uma das preocupações centrais do partido no retorno do recesso parlamentar, em fevereiro, quando deverão ser apresentados para votação os requerimentos de convocação de audiência pública. A proposta é questionar não apenas a "mágica

contábil", mas também os critérios de medição do desempenho da economia.

- O governo vem flexibilizando a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) aos poucos e fazendo retornar a irresponsabilidade fiscal na administração pública. São governos que têm como horizonte temporal a duração da própria gestão - criticou o senador tucano.

O presidente nacional do PPS, deputado federal Roberto Freire (SP), considerou as manobras "um arrumadinho" de péssima qualidade, em referência ao prato nordestino. Para o líder do PSDB na Câmara, Bruno Araújo, as metas foram abandonadas pela equipe econômica.

- Seria honesto por parte do governo ter reduzido a meta (de superávit). Se a presidente Dilma autorizou o ministro Mantega a iniciar um novo ciclo (de política fiscal), ela tem de avisar ao **mercado** e à sociedade - disse.

ESPECIALISTAS ALERTAM PARA RISCO DE INFLAÇÃO

José Guimarães, líder do PT na Câmara, avaliou que o governo agiu corretamente e dentro da "normalidade" ao buscar recursos extras. Se tivesse anunciado que não cumpriria a meta, disse o governista, o **Ministério** da Fazenda seria acusado pela oposição de ser irresponsável.

- O governo está dizendo aos investidores que cumpre a meta fiscal sem comprometer as nossas reservas internacionais e investimentos públicos, além de manter, fundamentalmente, todos os programas sociais, sobretudo os que estão acabando com a miséria - afirmou.

Na avaliação de especialistas ouvidos pelo GLOBO, a "contabilidade criativa" protagonizada pela equipe econômica minou a credibilidade da política fiscal e terá como consequências negativas o aumento da inflação e a elevação dos custos para o próprio governo contrair novos empréstimos. Se, por um lado, ao fazer de tudo para cumprir a meta de superávit, o governo tenta manter a confiança do **mercado** no país, por outro, essas manobras reduzem a segurança dos investidores internacionais.

- Seguramente, já houve impacto significativo no investimento estrangeiro direto. Mas, como o planejamento das companhias é feito para o longo prazo, isso demora a

aparecer - afirmou Frederico Araújo Turolla, professor da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) e sócio da Pezco Microanalysis.

Ele lembrou que, nos anos 1970 e 1980, a área fiscal foi o calcanhar de Aquiles que elevou a inflação. Para José Matias-Pereira, professor de economia da Universidade de Brasília (UnB), o grande efeito negativo é a desconfiança com relação à divulgação dos números da economia.

- É **importante** que o governo esclareça, examine esses dados e traga uma posição, digamos assim, definitiva para evitar que os desgastes não só para ele, mas também para aqueles que trabalham com os dados - avaliou.

No reforço do caixa dos bancos públicos e estatais, em vez de aumentar o seu capital de forma tradicional, o governo prefere emitir títulos públicos, que não têm impacto na receita primária. Em outro momento, essas mesmas instituições repassam dividendos aos cofres públicos, com impacto na receita primárias, o que ajuda a fechar as contas do Tesouro Nacional.

E não bastassem esses artifícios, o governo lançou mão do abatimento de R\$ 25,6 bilhões a que tem direito com gastos em investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para cumprir a meta de superávit de 3,1% do Produto Interno Bruto (**PIB**, conjunto de bens e serviços produzidos pelo país), ou R\$ 139,8 bilhões prevista para o ano passado.

Fonte do governo vê "miopia" do mercado

Segundo Alex Agostini, economista da Austin Ratings, o mercado pode até aceitar que o governo gaste mais para enfrentar a crise financeira e que, por conta disso, não cumpra temporariamente a meta de superávit primário. Para ele, no entanto, os malabarismos fiscais são desnecessários e nem um pouco tolerados pelo mercado financeiro e investidores.

- O argumento da necessidade de gastar mais para enfrentar a crise seria suficiente. Ficar fazendo engenharia fiscal apenas tira credibilidade do governo. Fica a impressão de que existe algum problema maior para se tomar esse tipo de medida - diz Agostini, acrescentando que a ação abriria brechas para o mercado questionar a capacidade de membros do governo.

O economista Alexandre Schwartzman, ex-diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central (BC), discorda que o descumprimento da meta seria aceitável e lembra que os gastos do governo crescem sistematicamente mesmo nos anos em que não existe crise. Segundo ele, os gastos públicos

representavam de 14% a 15% do **PIB** do país em 1997, início da série histórica do Tesouro Nacional. Esses gastos atualmente representariam de 18% a 19% do **PIB**.

- Os gastos não crescem em um ano e caem no outro. Só crescem, mesmo em anos bons na economia. E crescem sem qualidade. São mais gastos com funcionalismo, gastos correntes, e não com os investimentos em infraestrutura que tanto precisamos. Os investimentos públicos, na verdade, registraram queda no ano passado. Isso pode, inclusive, ser um fator de pressão para a inflação - diz Schwartzman.

Uma fonte da equipe econômica considerou a visão dos especialistas "bastante míope". Explicou, por exemplo, que o saque de R\$ 12,4 bilhões do Fundo Soberano, criado em 2008 como uma poupança pública do país, foi motivado pela incapacidade de estados e municípios de cumprir a meta fiscal, e não do governo central. Ele afirmou ainda que, embora a previsão fosse de ingresso de R\$ 29 bilhões de dividendos dos bancos públicos e estatais, até novembro, esse valor tinha chegado a R\$ 20,4 bilhões, o que permitiu a antecipação de novos repasses da Caixa Econômica Federal e do **BNDES**, que totalizaram mais R\$ 7 bilhões no último dia do ano.

Essa fonte acrescentou que o crescimento dos investimentos foi de 15,5% acima do **PIB** no acumulado até novembro, enquanto o dos gastos de custeio (para manutenção da máquina pública) subiram 10,3%, sem citar, no entanto, que estes últimos vinham se mantendo elevados nos anos anteriores.

Manobra fiscal: oposição quer ouvir Mantega

PSDB e PPS criticam maquiagem de R\$ 200 bi do governo para alcançar meta fiscal e cobram explicações

Cristiane Bonfanti, Vivian Oswald e Bruno Villas Bôas

Risco. Álvaro Dias, do PSDB, teme "herança terrível"

Recurso extra. José Guimarães, do PT, vê normalidade

BRASÍLIA e RIO Parlamentares da oposição vão chamar o ministro da Fazenda, Guido Mantega, para prestar esclarecimentos em audiências públicas tanto na Câmara quanto no Senado sobre a série de manobras fiscais realizadas pelo governo no afã de cumprir a meta de superávit primário de 2012, a economia feita pelo setor público para o pagamento de juros da dívida. O GLOBO mostrou ontem que a maquiagem na contabilidade do governo chegou a R\$ 200 bilhões no ano passado, sobretudo devido ao reforço no caixa dos bancos públicos.

Nas contas do economista Mansueto Almeida, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), se a injeção de recursos nos bancos tivesse sido feita de forma convencional, as despesas do governo chegariam a R\$ 1 trilhão, e não apenas aos R\$ 800 bilhões estimados para 2012. Somente no **BNDES**, os aportes representaram um subsídio implícito (a diferença dos juros de captação do banco e das taxas a que empresta) de R\$ 15 bilhões, valor equivalente ao orçamento de um ano do Bolsa Família.

Para o líder do PSDB, senador Álvaro Dias, a estratégia da equipe econômica de "escamotear a realidade fiscal" terá como consequência uma "herança terrível" para o país, com aumento da dívida pública e impacto na inflação.

Segundo ele, a maquiagem fiscal será uma das preocupações centrais do partido no retorno do recesso parlamentar, em fevereiro, quando deverão ser apresentados para votação os requerimentos de convocação de audiência pública. A proposta é questionar não apenas a "mágica contábil", mas também os critérios de medição do desempenho da economia.

- O governo vem flexibilizando a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) aos poucos e fazendo retornar a irresponsabilidade fiscal na administração pública. São governos que têm como horizonte temporal a duração da própria gestão - criticou o senador tucano.

O presidente nacional do PPS, deputado federal Roberto Freire (SP), considerou as manobras "um arrumadinho" de péssima qualidade, em referência ao prato nordestino. Para o líder do PSDB na Câmara, Bruno Araújo, as metas foram abandonadas pela equipe econômica.

- Seria honesto por parte do governo ter reduzido a meta (de superávit). Se a presidente Dilma autorizou o ministro Mantega a iniciar um novo ciclo (de política fiscal), ela tem de avisar ao **mercado** e à sociedade - disse.

ESPECIALISTAS ALERTAM PARA RISCO DE INFLAÇÃO

José Guimarães, líder do PT na Câmara, avaliou que o governo agiu corretamente e dentro da "normalidade" ao buscar recursos extras. Se tivesse anunciado que não cumpriria a meta, disse o governista, o **Ministério** da Fazenda seria acusado pela oposição de ser irresponsável.

- O governo está dizendo aos investidores que cumpre a meta fiscal sem comprometer as nossas reservas internacionais e investimentos públicos, além de manter,

fundamentalmente, todos os programas sociais, sobretudo os que estão acabando com a miséria - afirmou.

Na avaliação de especialistas ouvidos pelo GLOBO, a "contabilidade criativa" protagonizada pela equipe econômica minou a credibilidade da política fiscal e terá como consequências negativas o aumento da inflação e a elevação dos custos para o próprio governo contrair novos empréstimos. Se, por um lado, ao fazer de tudo para cumprir a meta de superávit, o governo tenta manter a confiança do **mercado** no país, por outro, essas manobras reduzem a segurança dos investidores internacionais.

- Seguramente, já houve impacto significativo no investimento estrangeiro direto. Mas, como o planejamento das companhias é feito para o longo prazo, isso demora a aparecer - afirmou Frederico Araújo Turolla, professor da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) e sócio da Pezco Microanalysis.

Ele lembrou que, nos anos 1970 e 1980, a área fiscal foi o calcanhar de Aquiles que elevou a inflação. Para José Matias-Pereira, professor de economia da Universidade de Brasília (UnB), o grande efeito negativo é a desconfiança com relação à divulgação dos números da economia.

- É **importante** que o governo esclareça, examine esses dados e traga uma posição, digamos assim, definitiva para evitar que os desgastes não só para ele, mas também para aqueles que trabalham com os dados - avaliou.

No reforço do caixa dos bancos públicos e estatais, em vez de aumentar o seu capital de forma tradicional, o governo prefere emitir títulos públicos, que não têm impacto na receita primária. Em outro momento, essas mesmas instituições repassam dividendos aos cofres públicos, com impacto na receita primárias, o que ajuda a fechar as contas do Tesouro Nacional.

E não bastassem esses artifícios, o governo lançou mão do abatimento de R\$ 25,6 bilhões a que tem direito com gastos em investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para cumprir a meta de superávit de 3,1% do Produto Interno Bruto (**PIB**, conjunto de bens e serviços produzidos pelo país), ou R\$ 139,8 bilhões prevista para o ano passado.

Fonte do governo vê "miopia" do mercado

Segundo Alex Agostini, economista da Austin Ratings, o **mercado** pode até aceitar que o governo gaste mais para enfrentar a crise financeira e que, por conta disso, não cumpra temporariamente a meta de superávit primário. Para ele, no

entanto, os malabarismos fiscais são desnecessários e nem um pouco tolerados pelo mercado financeiro e investidores.

- O argumento da necessidade de gastar mais para enfrentar a crise seria suficiente. Ficar fazendo engenharia fiscal apenas tira credibilidade do governo. Fica a impressão de que existe algum problema maior para se tomar esse tipo de medida - diz Agostini, acrescentando que a ação abriria brechas para o mercado questionar a capacidade de membros do governo.

O economista Alexandre Schwartzman, ex-diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central (BC), discorda que o descumprimento da meta seria aceitável e lembra que os gastos do governo crescem sistematicamente mesmo nos anos em que não existe crise. Segundo ele, os gastos públicos representavam de 14% a 15% do PIB do país em 1997, início da série histórica do Tesouro Nacional. Esses gastos atualmente representariam de 18% a 19% do PIB.

- Os gastos não crescem em um ano e caem no outro. Só crescem, mesmo em anos bons na economia. E crescem sem qualidade. São mais gastos com funcionalismo, gastos correntes, e não com os investimentos em infraestrutura que

tanto precisamos. Os investimentos públicos, na verdade, registraram queda no ano passado. Isso pode, inclusive, ser um fator de pressão para a inflação - diz Schwartzman.

Uma fonte da equipe econômica considerou a visão dos especialistas "bastante míope". Explicou, por exemplo, que o saque de R\$ 12,4 bilhões do Fundo Soberano, criado em 2008 como uma poupança pública do país, foi motivado pela incapacidade de estados e municípios de cumprir a meta fiscal, e não do governo central. Ele afirmou ainda que, embora a previsão fosse de ingresso de R\$ 29 bilhões de dividendos dos bancos públicos e estatais, até novembro, esse valor tinha chegado a R\$ 20,4 bilhões, o que permitiu a antecipação de novos repasses da Caixa Econômica Federal e do BNDES, que totalizaram mais R\$ 7 bilhões no último dia do ano.

Essa fonte acrescentou que o crescimento dos investimentos foi de 15,5% acima do PIB no acumulado até novembro, enquanto o dos gastos de custeio (para manutenção da máquina pública) subiram 10,3%, sem citar, no entanto, que estes últimos vinham se mantendo elevados nos anos anteriores.

| | | | |
|--|--|-------------------------|------------------------|
|  | VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP | EDITORIA | |
| | TÍTULO Congresso terá pauta polêmica no fim do recesso | | |
| | ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL |

Além da eleição das novas mesas do Senado e da Câmara, estão na fila de votações temas essenciais como os royalties, o Orçamento e o fim do fator previdenciário

Congresso Nacional começa o ano com temas importantes na pauta

Projetos de lei polêmicos e até o Orçamento da União de 2013 engrossarão os trabalhos do Legislativo

Ruy Barata Neto, de Brasília

Envolvido nas discussões em torno da distribuição dos royalties do petróleo, o Congresso Nacional deixou para este ano a maioria dos projetos prioritários de 2012, inclusive o próprio Orçamento Geral da União — que deverá ser votado apenas no dia 5 de fevereiro, após o fim do recesso parlamentar. Bastante tumultuado no final de 2012, o legislativo acabou acumulando mais um atrito com o Supremo Tribunal Federal (STF) ao deixar na gaveta a proposta de reformulação do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Além disso, também deixou questões sociais urgentes como a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) e o fim do fator previdenciário. O acúmulo de matérias urgentes e de conteúdo explosivo deve tornar caótico o início dos trabalhos no Congresso Nacional logo após o fim do recesso parlamentar. Após reunião com presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-RS), acertou a votação do Orçamento de 2013, o que foi confirmado mesmo após tentativas da base aliada em concluir a votação no âmbito da Comissão Representativa do Congresso Nacional, uma espécie de “plantão” do Congresso. Com a não aprovação do Orçamento de 2013, o governo está autorizado a usar um doze avos dos gastos projetados em janeiro, mas terá que correr para que os parlamentares aprovem o texto em fevereiro. Junto com este impasse, o Congresso terá que pacificar entendimentos sobre a votação dos 3.060 vetos presidenciais que estão amontoados sem apreciação no Congresso. A votação desses vetos foi o estopim da crise institucional entre Legislativo e Judiciário, após decisão do ministro Luiz Fux, do STF, que

considerou que os vetos presidenciais vencidos trancam a pauta do Congresso. “A decisão tomada é a decisão de não produzir nenhuma votação no Congresso Nacional até que seja superado esse impasse da votação dos vetos (presidenciais à nova distribuição dos royalties do petróleo)”, disse Maia em dezembro, antes dos feriados, com o tom de encerramento dos trabalhos do Congresso sem soluções concretas para impasses.

O próprio ministro Fux já esclareceu que os vetos não apreciados impedem apenas a votação de novos vetos, mas deixa desimpedida votação das demais matérias legislativas. Segundo o líder do governo na Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), mesmo com a manifestação deste entendimento, haverá dificuldades em votar novos textos diante do uso político que a questão suscitará logo após a retomada dos trabalhos. E as rugas com o judiciário tendem apenas a aumentar no ano que vem com a não aprovação da reformulação do FPE. Em 2010, o Supremo julgou inconstitucional a regra de partilhado FPE entre os estados e determinou ao Congresso que aprovasse outra até 31 de dezembro de 2012. Com o prazo vencido, o STF poderá decidir anular as regras em vigor e determinando uma nova distribuição não consensual entre os estados. O relator da proposta de reforma do FPE, senador Walter Pinheiro (PT-BA), disse que o Congresso corre o risco de deixar a prerrogativa de legislar nas mãos do STF. “Não tem plano B. Isso seria o mesmo que entender que os ministros do Supremo estariam fazendo vistas grossas a uma decisão tomada pelo plenário do próprio STF”, afirmou. Os impasses em torno da distribuição dos royalties do petróleo também prejudicam a tramitação do PNE. O projeto define que 10% do PIB anual do país deverá ser investido em educação. Por outro lado, a presidente Dilma Rousseff procura deixar definida a arrecadação com royalties como uma das fontes prioritárias para sustentar a meta do PNE. No entanto, a proposta, que não passou no Congresso, tramita agora em Medida Provisória (MP) que também deverá ser analisada pela Comissão Mista do legislativo apenas no ano que vem.